



CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FLAVIA GOMES DA SILVA BARROS
MARIA CECILIA DE VASCONCELOS
SANDRA DE LIMA SILVA

**EFEITOS DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE
CONTABILIDADE NO RELATO FINANCEIRO DO
ATIVO IMOBILIZADO: PRÁTICAS E DESAFIOS**

RECIFE
2024

FLAVIA GOMES DA SILVA BARROS
MARIA CECILIA DE VASCONCELOS
SANDRA DE LIMA SILVA

EFEITOS DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NO RELATO FINANCEIRO DO ATIVO IMOBILIZADO: PRÁTICAS E DESAFIOS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Centro Universitário Brasileiro -
UNIBRA, como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel(a) em Ciências Contábeis.

Professor Orientador: Dr. Jadson Freire Silva

RECIFE
2024

Ficha catalográfica elaborada pela
bibliotecária: Laís Cardoso, CRB-4/PE-1753/P.

B277e Barros, Flavia Gomes da Silva.

Efeitos das normas internacionais de contabilidade no relato financeiro do ativo imobilizado: práticas e desafios / Flavia Gomes da Silva Barros, Maria Cecília de Vasconcelos, Sandra de Lima Silva. - Recife: Edição do Autor, 2024.

41 p. : il. color.

Orientador(a): Dr. Jadson Freire Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário Brasileiro – Unibra. Bacharelado em Ciências Contábeis, 2024.

Inclui Bibliografia.

1. Ativo Imobilizado. 2. Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS. I. Vasconcelos, Maria Cecília de. II. Silva, Sandra de Lima. III. Centro Universitário Brasileiro - Unibra. IV. Título.

CDU: 657

FLAVIA GOMES DA SILVA BARROS
MARIA CECILIA DE VASCONCELOS
SANDRA DE LIMA SILVA

EFEITOS DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NO RELATO FINANCEIRO DO ATIVO IMOBILIZADO: PRÁTICAS E DESAFIOS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado
ao Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA, como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel(a) em Ciências Contábeis.

Prof. Dr. Jadson Freire da Silva (Orientador)
Centro Universitário Brasileiro (UNIBRA)

Prof. Dr. Bruno Melo Moura
Centro Universitário Brasileiro (UNIBRA)

. Prof. Dr. Rodrigo Maia
Centro Universitário Brasileiro (UNIBRA)

Recife, ____ de _____ de 2024.

NOTA: _____

A Deus.

*A Nossa família, colegas de trabalho,
amigos e fãs.*

AGRADECIMENTOS

A Deus que sempre nos amou, primeiramente.

Ao Prof. Jadson Freire, pela excelente orientação.

Aos professores da banca examinadora pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

À nossa família que sempre nos apoiou.

Aos nossos amigos, também pelo apoio.

Aos nossos esposos e namorados pela compreensão aos nossos estudos.

Aos nossos colegas de trabalho pelo apoio e suporte.

Aos nossos ex-colegas de classe.

E aos nossos fãs.

EPÍGRAFE

“A contabilidade é a linguagem dos negócios. Quando falamos a mesma língua, as fronteiras desaparecem e o entendimento se torna universal.”

— Anônimo

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo evidenciar os efeitos das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) no relato financeiro do ativo imobilizado, com ênfase nas práticas adotadas pelas organizações e nos desafios enfrentados durante a implementação dessas normas. A adoção das IFRS representa um marco significativo na harmonização das práticas contábeis em nível global, promovendo maior transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras. No entanto, a transição para essas normas não é isenta de dificuldades, especialmente no que se refere ao reconhecimento, mensuração e divulgação do ativo imobilizado. A pesquisa baseou-se em uma revisão bibliográfica e na análise de estudos de caso de empresas que adotaram as IFRS, identificando as principais alterações nos relatórios financeiros e os desafios encontrados, como a complexidade normativa e a necessidade de treinamento especializado. Os resultados sugerem que, embora as IFRS contribuam para a melhoria da qualidade das informações contábeis, a sua implementação requer um esforço significativo por parte das organizações, demandando adaptações tecnológicas e mudanças nos processos internos de gestão.

Palavras-chave: Ativo Imobilizado; Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS

ABSTRACT

A This work aims to highlight the effects of International Accounting Standards (IFRS) on the financial reporting of fixed assets, with an emphasis on the practices adopted by organizations and the challenges faced during the implementation of these standards. The adoption of IFRS represents a significant milestone in the harmonization of accounting practices at a global level, promoting greater transparency and comparability of financial projections. However, the transition to these standards is not without difficulties, especially with regard to the recognition, measurement and disclosure of fixed assets. The research was based on a literature review and analysis of case studies of companies that adopted IFRS, identifying the main changes in financial reporting and the challenges encountered, such as regulatory complexity and the need for specialized training. The results suggest that, although IFRS contribute to improving the quality of accounting information, their implementation requires a significant effort on the part of organizations, requiring technological adaptations and changes in internal management processes.

Keywords: Fixed Assets; International Accounting Standards – IFRS

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 01 – Pesquisa Bibliográfica	20
Figura 02 – Evolução do Dinheiro após a aplicação da IFRS 16.....	25
Figura 03 – Demonstração financeira consolidada de 2019 a 2023 - Airbus	25
Figura 04 – Demonstração financeira consolidada de 2019 a 2023 - Kering	27
Figura 05 – IFRS 16 – Leases - Kering	28
Figura 06 – Demonstração financeira consolidada de 2019 a 2023 - Apple	29
Figura 07 – Mapa de Vida útil - Apple	30
Figura 08 – Impactos da IAS 29/ CPC 42 na receita líquida e no EBITDA ajustado	31
Figura 09 – Reconciliação – Lucro Líquido ao EBITDA.....	32
Figura 10 – Resultado consolidado Ambev	33

TABELAS

Tabela 01 – Estrutura do ativo inicial e atual	15
Tabela 02 – Resultados Obtidos na Pesquisa	22

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

IRFS: Normas Internacionais de Relatório Financeiro (Normas Internacionais de Relatório Financeiro)

IASB: Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade

IAS: Normas Internacionais de Contabilidade (Normas Internacionais de Contabilidade)

CFC: Conselho Federal de Contabilidade

CPC: Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM: Comissão de Valores Mobiliários

DRE: Demonstração do Resultado do Exercício

EBITDA: Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)

NBC: Normas Brasileiras de Contabilidade

GAAP: Princípios Contábeis Geralmente Aceitos

LAJIDA: Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização

AI: Ativo Imobilizado

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1	Introdução às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS)	13
2.2	Adoção das IFRS e o Relato Financeiro do Ativo Imobilizado	14
2.3	Práticas Contábeis e Desafios na Implantação das S.A. sob as IFRS e Diferenças Regionais	17
3	METODOLOGIA	19
4	RESULTADOS.....	22
5	DISCUSSÃO	23
5.1	Adaptação ao IFRS 16: Locação de Ativos	23
5.2	Reavaliação de Imóveis: Sector Imobiliário	26
5.3	Tecnologia e Vida Útil dos Ativos: Setor de Tecnologia	29
5.4	Setor de cervejaria - Adaptação ao IFRS 16: arrendamentos e o IAS 16	31
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
7	REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

As normas internacionais de contabilidade, conhecidas como International Financial Reporting Standards (IFRS), representam uma das transformações mais significativas no campo contábil nas últimas décadas, especialmente no que se refere ao tratamento do ativo imobilizado, principalmente por um processo nunca deixa de se atualizar (IFRS, 2024).

O processo de globalização tem intensificado a necessidade de harmonização das normas contábeis em nível internacional, que por sua vez têm desempenhado um papel crucial na padronização desses relatórios, visando à melhoria de qualidade, transparência e comparabilidade das informações financeiras. No entanto, a transição para as IFRS traz consigo uma série de desafios, tanto técnicos quanto operacionais, que afetam diretamente o relato financeiro. É essencial para o Brasil aderir uma linguagem universal para os negócios (Molter, 2021), visando essas dificuldades e a necessidade de convergência internacional das normas contábeis foi criado em 2005, no Brasil, o CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

O padrão de comparabilidade dos dados com empresas internacionais coloca o país no páreo quando se fala de competitividade empresarial (Cruz, 2023), contudo, com a Lei nº 11.638 de dezembro de 2007, também conhecida como Lei das S/A, iniciou de fato a implantação das normas no Brasil. Este processo de mundialização não afetará apenas a escrituração das informações contábeis, mas também a atualização dos futuros profissionais contábeis, ambicionando o preparo para o mercado de trabalho (Molter, 2021).

A adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tem um impacto significativo no relato financeiro de ativos imobilizados, influenciando práticas contábeis e apresentando desafios para as empresas; exigem uma abordagem rigorosa e detalhada na mensuração e divulgação desses ativos (CPC 31, 2009), o que, por um lado, promove maior transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras, mas, por outro, impõe desafios na implementação, especialmente em termos de reavaliação e depreciação (Martins, 2017).

É crescente a importância das normas internacionais para conseguir a harmonização contábil global, impulsionada pelas IFRS, é essencial para

assegurar a consistência e a credibilidade das informações financeiras, refletindo a real situação patrimonial das empresas (Cavalcanti & Santos, 2019). Diante o exposto e visando exteriorizar as tendências, este estudo apresenta como objetivo o mapeamento de pesquisas que envolvem os efeitos da adoção das IFRS sobre o relato financeiro do ativo imobilizado, explorando as principais práticas adotadas pelas organizações e os desafios enfrentados durante a implementação dessas normas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Introdução às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS)

A contabilidade internacional evoluiu significativamente ao longo do tempo, com marcos importantes que moldaram o cenário atual. Nos anos 1970, surgiu o International Accounting Standards Committee (IASC), que desenvolveu as primeiras normas contábeis internacionais, conhecidas como International Accounting Standards (IAS), com o objetivo de padronizar a contabilidade global (Zeff, 2014).

Em 2001, o IASC foi sucedido pelo International Accounting Standards Board (IASB), que introduziu as Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards - IAS/International Financial Reporting Standards - IFRS), conceituadas por serem um conjunto de normas globais, emitidas pelo órgão regulador IASB, elaboradas para uniformizar a apresentação das demonstrações financeiras, promovendo a comparabilidade e transparência entre as empresas, sendo adotadas por um número de países o que corresponde a aproximadamente 80% do PIB mundial (Apex, 2023).

A missão do IASB é desenvolver normas contábeis de alta qualidade que reflitam a realidade econômica das empresas, promovendo clareza e confiança nos mercados financeiros globais (CFC, 2024). Hoje, as IFRS são adotadas por mais de 140 países, incluindo a União Europeia e diversas economias emergentes, sendo reconhecidas como o padrão global para relatórios financeiros, refletindo a crescente necessidade de harmonização contábil em um mundo cada vez mais interconectado (IFRS, 2024).

Conforme aponta Nobes e Parker (2016), a adoção das IFRS tem como objetivo principal melhorar a qualidade da informação contábil, tornando-a mais útil para os usuários das demonstrações financeiras, como investidores, analistas e reguladores. A transparência proporcionada pela adoção das IFRS é um dos principais benefícios apontados na literatura. Nobes e Parker (2016) destacam ainda que as informações financeiras mais precisas e comparáveis facilitam a tomada de decisões por parte dos investidores, aumentando a confiança no mercado financeiro. No entanto, a volatilidade introduzida pelas reavaliações ao valor justo pode ser vista tanto como uma melhoria na precisão quanto como uma fonte de incerteza, dependendo da perspectiva do investidor.

A importância do devido processo e da transparência são desenvolvidos usando o mesmo processo rigoroso, inclusivo e transparente. Os dois conselhos garantem que seu trabalho esteja conectado e que os padrões possam ser usados efetivamente juntos, para que as empresas também conectem suas divulgações de sustentabilidade com as informações nas demonstrações financeiras. Ao trabalharem juntos, o IASB e o ISSB constroem conceitos de relatórios integrados e comentários da administração (IFRS, 2024).

2.2 Adoção das IFRS e o Relato Financeiro do Ativo Imobilizado

A contabilidade é regida por princípios e dentre eles destaca-se a confiabilidade dos fatos (CFC, 1993), considerando esse pensamento e os demais princípios contábeis é possível retratar que a pouco mais de vinte anos ocorria um dos maiores escândalos econômicos dos Estados Unidos envolvendo a empresa Eron (Junior et. all., 2023). O caso abalou o mundo corporativo e principalmente o mercado de ações como um dos maiores casos de fraude corporativa do mundo, sendo o impulso que a sociedade precisava para iniciar o processo de padronização e pôr em prática as normas internacionais de contabilidade.

Diante dessa perspectiva, o desenvolvimento da Teoria da Contabilidade baseia-se na realidade dos fatos observados (Paolini; Soverchia, 2017), ou seja, a necessidade de apresentar informações fidedignas à realidade, desde o ativo às receitas e despesas já que a base da contabilidade moderna o método das

partidas dobradas (Ludicibus, 2021), o que pode causar impactos gigantescos na sociedade como o caso acima citado.

No contexto atual, o conceito de ativo imobilizado, segundo Ludicibus (2021), pode ser definido como um conjunto de bens e direitos tangíveis que uma empresa utiliza em suas operações para a produção de bens ou serviços, ou para alugar a terceiros, ou para finalidades administrativas, ou corpóreos de permanência duradoura e que espera-se ser usado por mais de um exercício.

Destaca-se que, esses ativos possuem vida útil limitada, são depreciados ao longo do tempo e têm seu valor ajustado periodicamente para refletir seu uso e desgaste, além de eventuais perdas de valor de acordo com o Pronunciamento Técnico do CPC 27 (2017). Em essência, o conceito de ativo imobilizado está associado ao de capital, pois ambos envolvem a definição de elementos que geram fluxos econômicos futuros. O imobilizado destaca-se por gerar continuamente ativos que, ao serem negociados, atingem maior liquidez (Bächtold, 2018).

Desta forma, podemos constatar que, as IFRS trouxeram atualizações à contabilidade, inclusive ao que se refere a estrutura patrimonial contábil onde o ativo está dividido em Circulante e Não Circulante, sendo este subdividido em Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível como aponta o § 1º da Lei nº 11.941/2007. É claramente visível a transformação na estrutura do grupo de ativos do balanço patrimonial por meio da tabela indicando lado a lado como era e como passou a ser.

Tabela 1 - Estrutura do ativo inicial e atual

Estrutura Inicial Lei 6.404/76	Estrutura Atual Lei 11.941/09
1. ATIVO	1. ATIVO
1.1 Ativo Circulante	1.1 Ativo Circulante
1.2 Ativo Realizável a Longo Prazo	1.2 Ativo Não Circulante
1.3 Ativo Permanente	1.2.1 Realizável a Longo Prazo
1.3.1 Investimentos	1.2.2 Investimentos
1.3.2 Imobilizado	1.2.3 Imobilizado
1.3.3 Diferido	1.2.4 Diferido

Fonte: Elaborado pelos Autores (2024)

Novas abordagens de avaliação do valor justo foram adicionadas com a atualização, como o teste de Impairment, os ajustes a valor presente e o uso do custo atribuído, inicialmente sugerido pela IFRS. Constatamos com a Lei nº 14.871, de 28 de maio de 2024, mudanças significativas na contabilização do ativo imobilizado no Brasil, quando a mesma autoriza o Poder Executivo a conceder cotas de depreciação acelerada para ativos imobilizados. Esta lei é resultado do Projeto de Lei nº 2/2024 e aplica-se a máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos adquiridos até 31 de dezembro de 2025.

Com todas as alterações em busca da harmonização contábil, destaca-se no Brasil, a que ocorreu no § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404/1976, através da Lei nº 11.941/2009, determinando que as organizações devem, de forma periódica, realizar uma análise sobre a recuperação de valores registrados no ativo imobilizado, levando sempre em consideração o valor justo do mesmo.

De acordo com a IAS 16 - Propriedade, Planta e Equipamento especificamente no tratamento contábil para ativos fixos tangíveis, são definidos critérios para o reconhecimento, mensuração e depreciação desses ativos. Dessa forma, para ser considerado um ativo imobilizado é necessário ter confiabilidade no custo, ou seja, é preciso conseguir mensurar o custo do ativo imobilizado com prudência, além de validar a capacidade do bem de gerar benefícios econômicos futuros para a organização. Na formulação de suas estruturas conceituais, os países recorrem a argumentos normativos, que expressam o que deveria ser (com juízo de valor e subjetividade), e a argumentos positivos, que descrevem o que realmente é, baseados em fundamentos científicos e objetivos (KPMG, 2024).

Os registros contábeis não são apenas a inscrição dos fatos de riqueza, mas sim o próprio fato, ou seja, além de escriturar é necessário saber o que significa, o que representa nas demonstrações contábeis e o que houve com a riqueza patrimonial (Iudícibus et al., 2020). Considerando essa linha de raciocínio e a importância que as demonstrações contábeis têm, especialmente, no mercado de ações, não seria possível chegar a conclusões sobre os registros se não houver conhecimento prévio do que os números estão representando nos relatos financeiros. Como diz Iudícibus et al. (2020) a interpretação e compreensão dos fatos contábeis é necessária tanto na cultura organizacional, quanto para o indivíduo comum e usuário da contabilidade.

Para reconhecer o custo de um bem, primeiramente deve-se saber sua composição, à vista disso, a International Accounting Standards 16 (IAS 16) aponta que todos os gastos desde seu preço de compra, impostos não recuperáveis, frete, seguro até montagem e instalação devem constituir o custo do ativo fixo tangível. Esse reconhecimento do custo cessa apenas quando o bem estiver no local e em condições de uso adequados para funcionamento (KPMG,2024).

Estudos como o de Muller, Riedl e Sellhorn (2011) demonstram que a adoção das IFRS levou a uma maior consistência no relato dos ativos imobilizados, reduzindo a variação nos métodos de depreciação e nas práticas de reavaliação. A depreciação deve ocorrer de forma sistemática durante a vida útil do bem, podendo ser feita através dos métodos de unidade padrão, linear e do saldo decrescente. Mas as IFRS apontam que é necessário revisar os ativos fixos tangíveis pelo menos ao fim de cada exercício financeiro, validando assim, o valor contábil dos mesmos (IFRS, 2021).

Mesmo sendo as IFRS sendo reconhecido como padrão global dos relatos financeiros (IFRS, 2024), a aplicação dessas normas impacta diretamente o relato financeiro das empresas, incluindo as Sociedades Anônimas (S.A.), devido à necessidade de fornecer informações transparentes e precisas aos seus acionistas, encontram na IFRS uma base fundamental para o relato de seus ativos imobilizados. Essas mudanças permitiram o fortalecimento do mercado de ações no Brasil para com o mundo possibilitando comparação dos relatórios elaborados (KPMG, 2020).

2.3 Práticas Contábeis e Desafios na Implantação das S.A. sob as IFRS e Diferenças Regionais

A adoção das IFRS trouxe significativas mudanças nas práticas contábeis das S.A., especialmente na mensuração e relato do ativo imobilizado (IFRS, 2024). Antes da implementação das IFRS, as práticas contábeis variavam consideravelmente entre as empresas, muitas vezes resultando em falta de comparabilidade e inconsistências nos relatórios financeiros, conforme lei 6.404/76.

Com a IFRS, as S.A. são incentivadas a adotar práticas mais consistentes e transparentes. Por exemplo, a possibilidade de reavaliar o ativo imobilizado ao valor justo permite que as empresas apresentem uma imagem mais precisa da sua posição financeira, embora isso também possa introduzir volatilidade nas demonstrações financeiras (KPMG, 2024).

A literatura indica que, apesar da harmonização promovida pelas IFRS, ainda existem variações regionais nas práticas contábeis, conforme IFRS (2024), fatores culturais e econômicos podem influenciar a aplicação das normas contábeis, resultando em diferentes interpretações e práticas de mensuração do ativo imobilizado. Estudos empíricos, como o de Molter (2022), corroboram essa visão, mostrando que as práticas contábeis ainda variam significativamente entre países, mesmo após a adoção das IFRS.

Apesar dos benefícios, a implementação das IFRS enfrenta desafios consideráveis, especialmente em relação ao ativo imobilizado. A necessidade de realizar reavaliações periódicas e o julgamento envolvido na determinação do valor justo podem aumentar a complexidade e os custos para as empresas, conforme destacado por KPMG (2024). Além disso, a aplicação das IFRS requer treinamento contínuo e adaptação dos sistemas contábeis e dos profissionais, o que pode representar um obstáculo significativo para empresas em mercados emergentes Molter (2022).

Apesar dos benefícios da harmonização contábil promovida pelas IFRS, as S.A. enfrentam vários desafios na implementação dessas normas, especialmente no que tange ao relato do ativo imobilizado: Complexidade na Mensuração, volatilidade nos relatórios financeiros, custos de conformidade.

A mensuração do valor justo de ativos específicos apresenta complexidade significativa, exigindo avaliações especializadas que podem acarretar altos custos para as empresas (KPMG, 2024). Essa complexidade é acentuada pela necessidade de revisões periódicas, que podem gerar oscilações nos resultados financeiros e complicar a previsão de desempenho futuro. Adicionalmente, conforme destacado por Molter (2022), a adoção das IFRS pode resultar em maior volatilidade nos lucros reportados, impactando a percepção dos investidores sobre a estabilidade financeira da empresa. Por fim, a conformidade com essas normas exige investimentos contínuos em sistemas contábeis, treinamento e consultoria externa, gerando custos significativos e criando tensões com práticas contábeis tradicionais em ambientes regulatórios locais (Deloitte, 2012)

As Normas Internacionais de Contabilidade, especialmente a IAS 16, desempenham um papel crucial na uniformização das práticas contábeis relacionadas ao ativo imobilizado nas Sociedades Anônimas e trouxe avanços

importantes para o relato financeiro do AI, promovendo maior transparência e comparabilidade (IFRS, 2021).

Embora a adoção das IFRS tenha melhorado a transparência e a comparabilidade dos relatórios financeiros, os desafios associados à mensuração, à prática de reavaliação, além das variações regionais que persistem na aplicação das normas (Molter, 2022). A volatilidade nos lucros e os custos de conformidade continuam a representar obstáculos significativos para as S.A.

O sucesso na implementação das IFRS depende da capacidade das empresas de equilibrar esses desafios com os benefícios potenciais de um relato financeiro mais preciso e transparente. Portanto, a continuidade do processo de convergência contábil e o desenvolvimento de novas orientações específicas para contextos locais são essenciais para superar esses desafios (IFRS, 2024).

3 METODOLOGIA

Percebe-se a carência de adibir os procedimentos metodológicos de pesquisa; onde no que se refere ao técnico define-se como bibliográfico, visando mapear artigos científicos de forma detalhada, buscando esclarecimento a determinado problema (Sousa et. al., 2021). Será utilizado, de forma a enriquecer as informações, também o método de pesquisa documental que representa uma rica fonte de dados para análises e compreensão sistemática das informações descritas nos documentos (Fontana et. al., 2023).

Ao optar por uma pesquisa bibliográfica, usou-se a plataforma do google acadêmico que permite acesso a diversas publicações científicas de forma eletrônica abrangendo diversas áreas de estudo (Caregnato, 2011). Desta forma, utilizando a palavra chave “Implantação das IFRS sobre ativo imobilizado” obteve um total de 2.440 resultados de pesquisa que ao implantar o filtro referente ao período de tempo considerando a partir do ano de 2020 esse número foi reduzido para 659 documentos e quando se considera apenas páginas em português tem-se agora 641 arquivos e considerando apenas as revistas da página 1 à 20 a quantidade de documentos selecionados passa a ser 25, ou seja, 210 não serão utilizado pois não se enquadram nos requisitos considerados, como mostra a Figura 01, a seguir.

Figura 01- Pesquisa bibliográfica



Fonte: Elaborado pelos Autores (2024)

Com intuito de aprofundar as informações da maneira mais clara e fidedigna possível, optou-se também por um estudo de caso que visa a coleta de dados, sua análise e interpretação (Maffezzolli et al. 2008), à vista disso, buscou-se uma análise documental examinando relatórios financeiros anuais disponíveis no site oficial de quatro empresas selecionadas e de destaque mundial nos setores de tecnologia, energia, imobiliário e cervejaria: Apple, Kering, Airbus e Ambev. Para coletar os relatórios da Ambev foi utilizado como pesquisa no google “Relatórios financeiros da ambev” acessando o site RI - Ambev e logo em seguida “Relatório e Publicações” onde apresenta o campo “Divulgação de Resultados” onde foi baixado o relatório com as informações em PDF e no formato de planilha dos últimos quatro anos. Ao se tratar da Apple, foi utilizado a mesma plataforma de pesquisa mas agora utilizando a palavra chave “apple investor relations” acessando o site “Investor Relations - Apple” e logo em seguida “Annual Reports on Form 10-K” onde apresenta os relatórios anuais e foram baixados de 2020 10-k á 2023 10-k com as informações em PDF dos últimos quatro anos.

Referente a empresa Kering a coleta de dados se deu com a pesquisa “kering investor relations” aplicada no google, o que permitiu o acesso ao site “Finance | Kering”; nesta página, em seguida entrou na opção de “Finance - Publications” que apresenta o campo “BY DOCUMENT - FINANCIAL DOCUMENTS- SUBMIT” onde foi

baixado relatórios com as informações em PDF dos últimos quatro anos. Para coletar os relatórios da Airbus foi utilizado como pesquisa no google “airbus investor relations” acessando o site “Investors | Financial Results & Annual Reports | Airbus” e logo em seguida “Investors | Annual General Meetings” apresentando o campo “Previous years” no qual foi selecionado o ano e baixado o relatório “Financial Statements” com as informações em PDF dos últimos quatro anos.

O mapeamento usa uma abordagem quali-quantitativa que pode ser definida como a fusão das metodologias quantitativas e qualitativas, ou seja, uma abordagem híbrida (Leite et. al., 2023). Desta forma, a análise da qualidade e quantidade unidas, se assim dizer, permite que se complementam com o objetivo de adentrar na discussão acadêmica em relação ao impacto do relato financeiro do ativo imobilizado nas empresas de grande porte dos setores de tecnologia, cervejaria, energia e imobiliário com a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS) e desafios e práticas adotadas no processo de implantação dessas normas. Na análise qualitativa focamos na identificação das práticas de mensuração dos ativos e nos desafios enfrentados, enquanto a análise quantitativa mediu os impactos das IFRS nos indicadores financeiros relacionados aos ativos imobilizados, permitindo comparações entre os períodos pré e pós-adoção das normas.

Os resultados foram discutidos em relação ao referencial teórico, destacando os impactos na mensuração e reconhecimento dos ativos, os desafios enfrentados pelas empresas e as soluções adotadas para atender aos requisitos das IFRS. Entretanto, o estudo apresenta limitações, como a dependência da transparência das informações divulgadas pelas organizações.

Os resultados do mapeamento foram analisados à luz do referencial teórico e das normas contábeis vigentes, com foco nos impactos na mensuração e reconhecimento dos ativos imobilizados. Foi possível identificar mudanças significativas nas políticas contábeis das empresas, que afetaram tanto o valor justo quanto o custo histórico dos ativos.

A avaliação das práticas adotadas revelou a segurança e eficácia na conformidade com os requisitos das IFRS, destacando as adaptações necessárias. Além disso, foram discutidos os principais desafios enfrentados, como questões de conformidade, treinamento de pessoal e a necessidade de adaptações tecnológicas. A análise também abordou as estratégias e boas práticas inovadoras implementadas

para superar esses obstáculos, evidenciando a resiliência e a capacidade de adaptação das empresas em um ambiente regulatório em constante mudança.

Apesar da análise detalhada e específica, o estudo apresenta limitações, como a restrição a uma única empresa por setor, o que pode comprometer a generalização dos resultados. Além disso, a disponibilidade e a qualidade dos dados estão atreladas à transparência e colaboração das empresas na divulgação de informações, o que pode impactar a profundidade da análise realizada.

4 RESULTADOS

Observa-se abaixo a tabela 2 que demonstra os resultados obtidos na pesquisa mediante os critérios de inclusão e exclusão definidos nos processos metodológicos.

Tabela 2 - Resultados Obtidos na Pesquisa

ANO	AUTOR	TÍTULO	TIPO DE PESQUISA	NOME DA REVISTA
2022	Reis et al.	Tratamento Do Ativo Imobilizado Diante Das Normas Contábeis Internacionais – IFRS.	Artigo de pesquisa	Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação.
2021	Rodrigues et al.	Evidenciação do Arrendamento Mercantil em empresas do Setor Elétrico listadas na B3	Artigo de pesquisa	Revista contabilidade e controladoria
2021	Messias, Gonzales e Juarez	Análise do Impacto da Adoção do IFRS 16 (CPC 06 (R2)) nas Empresas de Capital Aberto do Segmento Novo Mercado	Artigo de pesquisa	CRCRJ Conselho Regional de Contabilidade do RJ
2022	Messias et al.	Análise do Impacto da Adoção do IFRS 16 (CPC 06 (R2)) nas Empresas de Capital Aberto do Segmento Novo Mercado.	Academic Journal	Pensar Contábil
2021	Dias, Sousa e Scherer	Evitando Turbulências: Impactos da Nova Norma de Leasing na Evidenciação da American Airlines.	Academic Journal	Revista FSA
2021	Silva e Quadros	Tratamento contábil do ativo imobilizado sob a ótica institucional: do início do processo de convergência até a instrução normativa SRF nº 1700/2017	Artigo de pesquisa	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ
2023	Almeida, Kiszner e Vier	A Relação da Implementação da Esg1 com os Ativos Intangíveis em Empresas Calçadistas	Artigo de pesquisa	Revista eletrônica de ciências contábeis.
2020	Haberkamp, Hoppen e Kronbauer	Julgamento e Tomada de Decisão dos Contadores no Processo de Controle do Ativo Imobilizado	Artigo de pesquisa	Revista Universo Contábil
2023	Silva et al.	Pressões isomórficas no processo de julgamento contábil	Artigo de pesquisa	Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
2023	Silva et al.	Análise dos pareceres de auditoria contábil sob enfoque das demonstrações contábeis a partir da adoção das IFRS no Brasil	estudo estatístico descritivo e inferencial	Revista de Gestão e Secretariado
2021	Ferreira et a.	Contabilidade Societária x Contabilidade Regulatória: Value Relevance das Informações Contábeis do Setor Elétrico Brasileiro	Artigo de pesquisa	Contabilidade Vista & Revista
2020	Machado, Nalini e	Comportamento dos preparadores de demonstrações	Estudo analítico -	Revista De Contabilidade Do

	Machado	contábeis depois das IFRS: um estudo analítico-comportamental com variáveis de consumo de ativos	comportamental	Mestrado Em Ciências Contábeis Da Uerj
2020	Mandelli, Monteiro e Ritta	Impactos do CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil em uma Indústria de Revestimentos Cerâmicos	Pesquisa documental - Qualitativa	Revista Contabilidade e Controladoria
2023	Souza e Rocha	Efeitos da norma sobre instrumentos financeiros (IFRS 9) na qualidade dos lucros de empresas abertas brasileiras	Artigo de pesquisa	Revista De Contabilidade Do Mestrado Em Ciências Contábeis Da Uerj
2024	Belli, Oliveira e Oliveira	Gerenciamento de resultados e o impacto da adoção ao CPC 28 das empresas listadas na B3	Artigo de pesquisa	Revista caderno pedagógico
2020	Pinto, Lemes e Almeida	Adoção do valor justo para ativos não financeiros: Evidências da Alemanha, Brasil e Reino unido	Estudo de caso	Revista Contemporânea de Contabilidade
2022	Moura et al.	Efeito Da Revisão Da Norma De Arrendamentos No Conservadorismo Contábil Das Companhias Abertas De Bens Industriais	Estudo de caso	Revista Gestão Organizacional
2022	Botelho e Silva	Impacto da contabilização do arrendamento mercantil após a adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) nas demonstrações contábeis das empresas aéreas brasileiras.	Artigo de pesquisa	REVISTA ENIAC PESQUISA, 11(1), 100–120.
2020	Holanda;	Aspectos Contábeis E Fiscais Sobre O Impairment E Seus Reflexos Na Cofins E Na Contribuição Ao Pis	Artigo de pesquisa	Revista de Direito Contábil Fiscal
2022	Nascimento et al.	Efeito Da Covid 19 Nos Testes De Impairment De Ativos Nas Empresas Abertas Brasileiras Não Financeiras	Artigo de pesquisa Exploratória	Revista Fipecafi de Contabilidade, Controladoria e Finanças
2021	Bomfim	Efeitos da Adoção das Normas Internacionais sobre Indicadores de Liquidez e Rentabilidade: Um Estudo nas Empresas Listadas na B3.	Artigo de pesquisa	Revista de auditoria governança e contabilidade
2022	Begnini et al.	Relação Entre Valor De Mercado E Compliance Anticorrupção	Pesquisa descritiva - quantitativa	Revista Pensamento Contemporâneo em Administração
2021	Cruz et al.	Produção Científica Sobre A Adoção Das Normas Internacionais De Contabilidade No Brasil: Estado Da Arte Das Pesquisas De 2008 A 2016	Artigo de pesquisa	Revista de auditoria governança e contabilidade
2020	Costa, Lustosa, Niyama.	A redução do valor contabilizado do goodwill: uma análise à luz do lasb	Artigo de pesquisa	Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)
2023	Packer Eigenstuhler, Dyennifer, E Dal Magro, Cristian Baú, E Mazzion Sady.	Habilidade gerencial e a Conformidade Contábil - Fiscal: Estudo Cross-Country.	Artigo de pesquisa	Revista Catarinense da Ciência Contábil

Fonte: Elaborado pelos Autores (2024)

5 DISCUSSÃO

5.1 Adaptação ao IFRS 16: Locação de Ativos

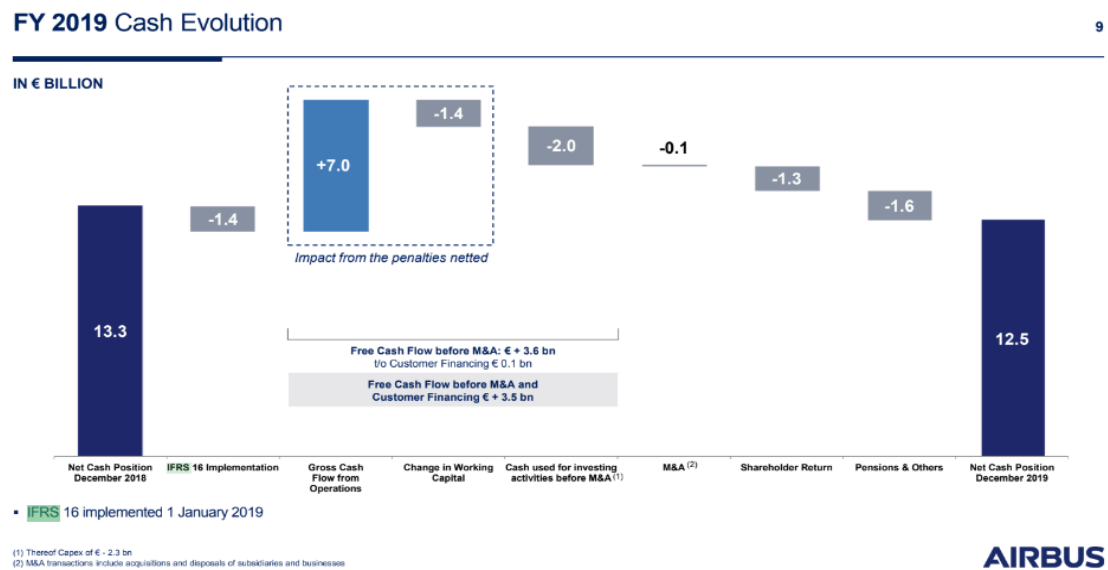
A adaptação ao IFRS 16, publicado em 2016, que reformulou o tratamento contábil de contratos de arrendamento com objetivo de aumentar a comparabilidade e confiabilidade das informações contábeis e evitar a subavaliação do passivo pela falta de reconhecimento devido do leasing é destacado no trabalho de Moura et al.

(2022). Essa atualização exigiu ajustes substanciais em várias indústrias, como no caso da Airbus, um dos maiores fabricantes de aeronaves. A mesma precisou adaptar suas práticas contábeis em relação ao reconhecimento dos arrendamentos, para refletir as exigências da IFRS 16 que entrou em vigor no Brasil em janeiro de 2019 com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2). Nota-se um alinhamento a contabilidade societária e regulatória ao exigir o reconhecimento de locações de ativos no balanço patrimonial, visto no artigo Ferreira et al. (em 2021) isso melhora a *value relevance* das informações contábeis, oferecendo maior transparência sobre a estrutura financeira da empresa, especialmente em um setor com alto uso de leasing de aeronaves.

Mandelli, Monteiro e Ritta (2020) destaca em sua obra o antes e depois das mudanças sobre o arrendamento e mostra que antes da atualização da IFRS 16, os arrendamentos eram separados em financeiro, reconhecidos como ativo imobilizado de direito de uso e tinham sua contrapartida no passivo; e operacional, reconhecidos diretamente na despesa no momento do pagamento. Desta forma, os arrendamentos operacionais davam brechas, se bem dizer, crateras gigantescas para que ocorressem “operações fora do balanço” já que não se tinha o registro devido das obrigações, ferindo assim os atributos da confiabilidade e transparência das informações financeiras, como Dias, Sousa e Scherer (2021) argumenta fortemente em sua obra “Evitando Turbulências: Impactos da Nova Norma de Leasing na Evidenciação da American Airlines”.

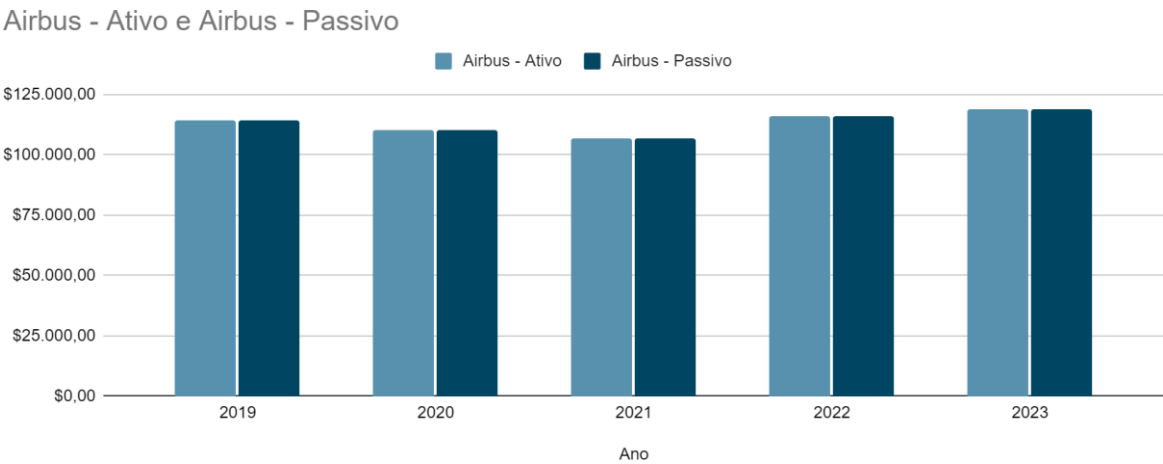
Pode-se visualizar que sob o IFRS 16, os contratos de *leasing* deixaram de ter a separação entre financeiro e operacional e passaram a ser reconhecidos igualmente no balanço patrimonial de forma devida. Tendo como base a empresa Airbus, conforme Figura 02, é visível um aumento expressivo na evolução do Cash após a aplicação da IFRS 16, que impactou o total de ativos e passivos da empresa, como mostra, logo em seguida, a Figura 03 Demonstração financeira consolidada de 2019 a 2023 - AIRBUS.

Figura 02 - Evolução do dinheiro após a aplicação da IFRS 16



Fonte: Airbus Annual Report (2019)

Figura 03 - Demonstração financeira consolidada de 2019 a 2023 - AIRBUS



Fonte: Elaborado pelos Autores (2024)

Segundo o estudo de Botelho e Silva (2022) publicado na revista ENIAC Pesquisa, o valor presente dos arrendamentos de aeronaves e equipamentos passou a ser contabilizado, trazendo maior transparência às obrigações da empresa, mas também impactando suas métricas financeiras, como endividamento e rentabilidade.

No contexto da análise financeira da Airbus, divulgado pela mesma anualmente, destacou-se a utilização de "medidas financeiras não GAAP", que são indicadores excluindo ou incluindo determinados valores que não são considerados nas medidas diretamente comparáveis conforme as normas do IFRS (International

Financial Reporting Standards). Como exemplo, a Airbus adota o uso de métricas como "EBIT Ajustado", "EPS Ajustado" e "Fluxo de Caixa Livre", que não são calculadas de acordo com os princípios do GAAP (Generally Accepted Accounting Principles). Essas medidas são fundamentais para avaliação do desempenho financeiro e operacional consolidado, proporcionando uma visão mais clara das tendências do negócio.

Fica claro que a Airbus segue o indicado no IAS 17 ao se tratar de *leasing*, porém, vai contra a linha de padronização das demonstrações financeiras de forma mundial que alguns autores como Reis et al. (2022), Machado, Nalini e Machado (2020), Haberkamp, Hoppen e Kronbauer (2020), Almeida, Kiszner e Vier (2023), Botelho e Silva (2022), tanto de maneira clara na obra como de forma mais discreta a partir da própria comparação de relatórios entre empresas.

Além disso, a Airbus argumenta que essas métricas não GAAP auxiliam a gestão na tomada de decisões estratégicas, especialmente na alocação de recursos e na avaliação do cumprimento das metas financeiras estabelecidas, comprovadas no artigo de Messias, Gonzales e Juarez em (2021) Porém, como ressaltado em diversas discussões sobre o uso dessas métricas, elas apresentam limitações, especialmente como ferramentas analíticas isoladas, e não devem substituir a análise dos resultados financeiros reportados conforme o IFRS, destacado no estudo de Silva et al em (2023). Tais medidas, portanto, devem ser vistas como complementares, e não como substitutas das normativas contábeis estabelecidas pelo IFRS Segundo a empresa, em seu relato financeiro.

5.2 Reavaliação de Imóveis: Sector Imobiliário

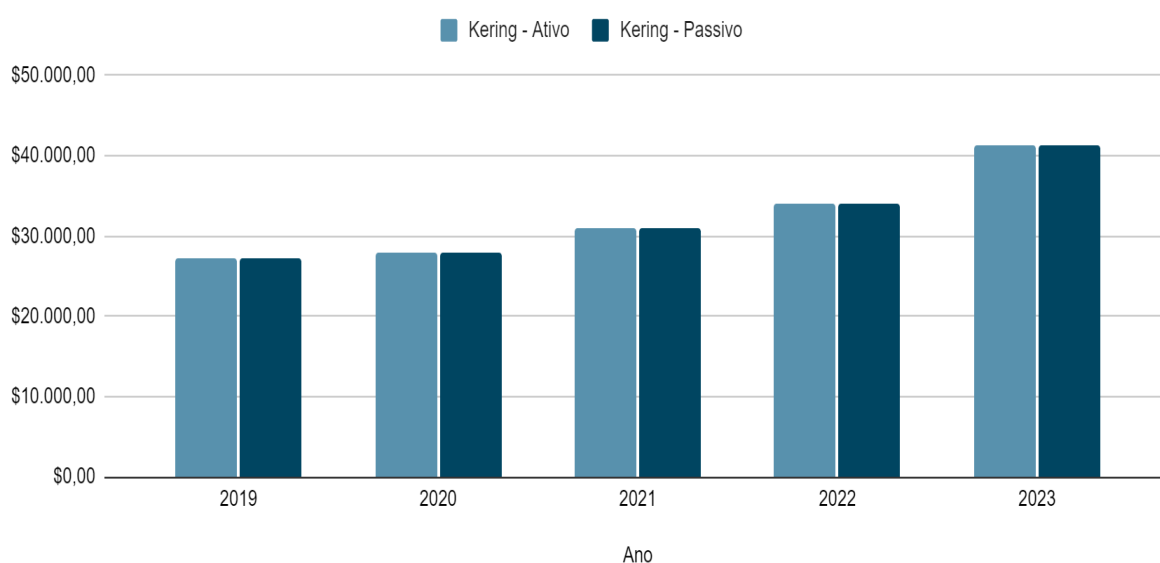
Pinto, Lemes e Almeida (2020) e Begnini et al. (2020) defendem que a maior parte das empresas, levando em consideração seu campo de estudo, optam pela mensuração de seu ativo imobilizado a adoção do custo histórico e não pelo valor justo como a IAS 16 aponta. Na reavaliação do ativo imobilizado a IFRS também aponta que deve-se usar o valor justo como principal métrica, como parâmetro de análise dessa questão foi selecionado a empresa Kering, holding francesa que reúne um aglomerado de marcas de luxo como a Gutti e a Balenciaga.

Como aponta a empresa no relato financeiro, divulgado anualmente. A reavaliação de imóveis mostra ser uma prática essencial para ajustar o valor dos

ativos ao mercado, devido a ter um conglomerado de luxo a empresa utiliza-se do método de reavaliação para seus imóveis, conforme também demonstrado e defendido nos artigos de Reis et al. (2022) e Souza e Rocha em (2023), considerando também os testes de *impairment*, Nascimento et al. (2022) defende em sua pesquisa que a média de *impairment* 2020, ano de pandemia, é estatisticamente igual ao ano anterior. Percebe-se também a aplicação do modelo de reavaliação previsto pelo IAS 16 para seus imóveis. Conforme relatório anual de 2023, a Kering revisou o valor de suas propriedades, como sedes e lojas, conforme avaliações de mercado, refletindo essas mudanças em seu balanço patrimonial, ajustando não só o valor dos ativos da empresa, mas também impactando em seu patrimônio líquido, conforme a Figura 04 abaixo, na busca para que seus demonstrativos financeiros reflitam a realidade econômica do portfólio imobiliário defendido também por Bomfim (2021).

Figura 04 – Demonstração financeira consolidada de 2019 a 2023 - Kering

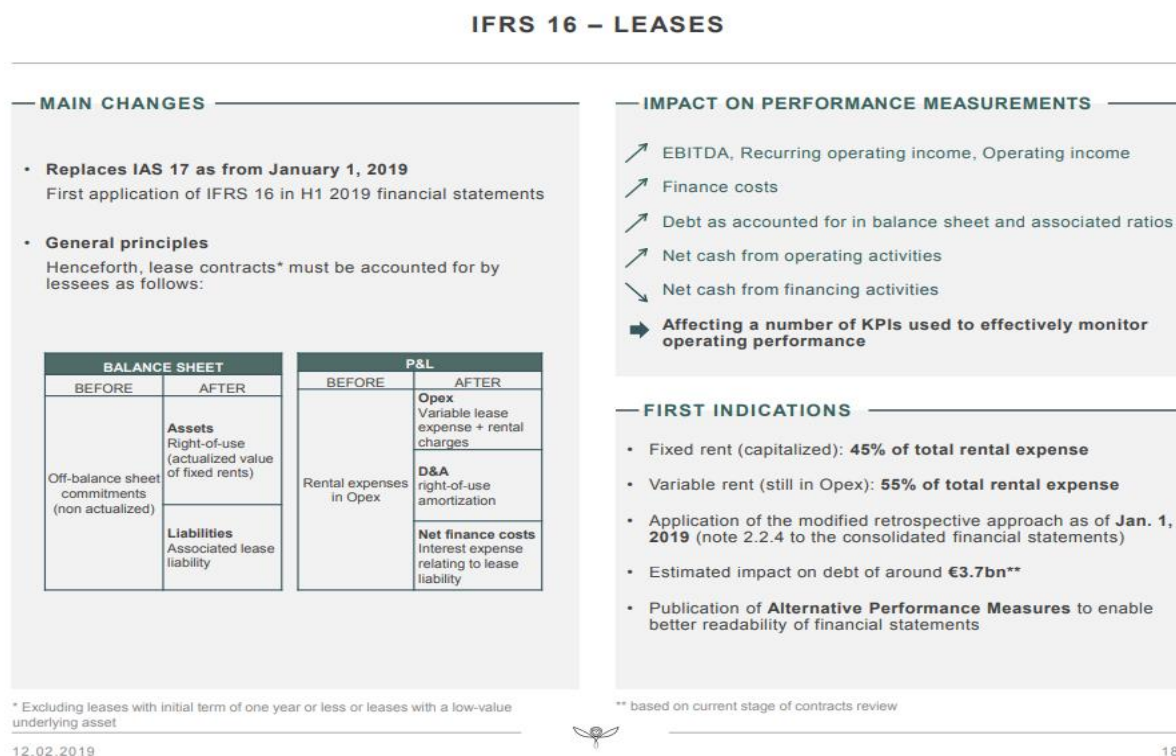
Kering - Ativo e Kering - Passivo



Fonte: Elaborado pelos Autores (2024)

No setor imobiliário, a empresa Kering é objeto de estudo. A Figura 04 demonstra os resultados que as primeiras indicações sobre a reestruturação contábil do aluguel pela empresa revelam uma divisão significativa entre os tipos de despesa. Desta forma, a Figura 05 pode ser considerada como um complemento do demonstrativo do impacto da atualização das IFRS.

Figura 05 - IFRS 16 – LEASES - Kering



Fonte: IFRS (2023)

O efeito da contabilização do *leasing* demonstrou, na Kering, que aproximadamente 45% da despesa total de aluguel refere-se ao aluguel fixo, o qual é capitalizado, enquanto os 55% restantes são classificados como aluguel variável, permanecendo dentro das despesas operacionais (Opex). A partir de 1º de janeiro de 2019, a empresa divulgou em seu relato financeiro, que adotou a abordagem retrospectiva modificada, conforme especificado na nota 2.2.4 das suas demonstrações financeiras consolidadas.

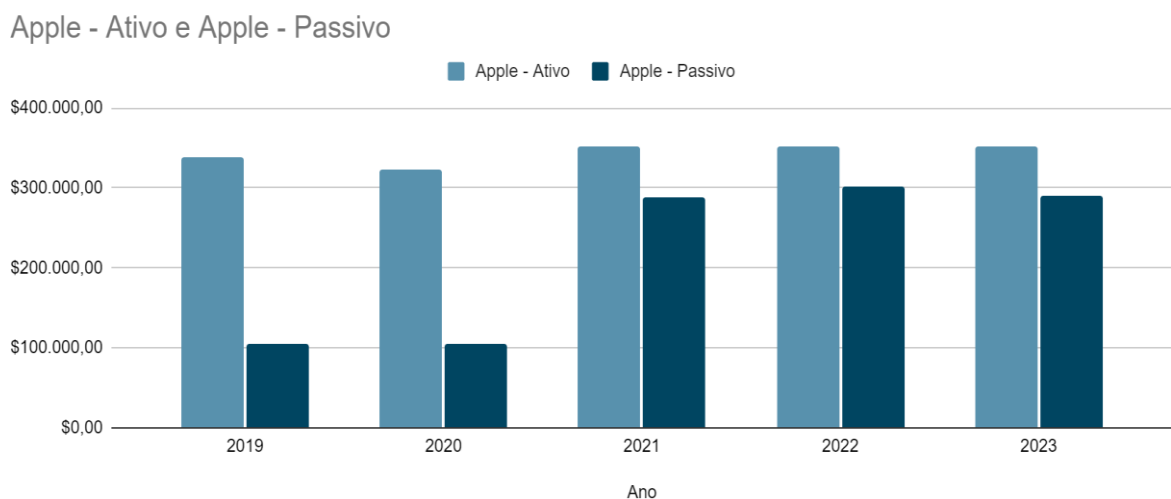
Esse ajuste contábil resultou em um impacto estimado na dívida da ordem de € 3,7 bilhões, refletindo a mudança na forma de contabilização dos alugueis. Além disso, com o objetivo de proporcionar maior clareza nas demonstrações financeiras, a companhia passou a divulgar Medidas Alternativas de Desempenho, as quais buscam melhorar a legibilidade dos resultados e facilitar a compreensão por parte dos stakeholders.

5.3 Tecnologia e Vida Útil dos Ativos: Setor de Tecnologia

Bomfim (2021) defende a transparência de informações, a importância da avaliação correta da vida útil dos ativos imobilizados, em consequência da IFRS 16, como Holanda; (2020) defende em sua obra a necessidade e impacto do correto registro financeiro. Sendo assim, no setor de tecnologia, a empresa Apple é objeto de estudo. Tratando-se da mesma, uma gigante da tecnologia, ela enfrenta desafios constantes para avaliar corretamente a vida útil de seus ativos imobilizados, como equipamentos de fabricação e instalações, conforme evidenciado também no estudo de Rodrigues et al. (2021).

A rápida evolução tecnológica pode reduzir a vida útil dos ativos mais rapidamente do que o esperado, segundo Bomfim (2021). Como resultado, a Apple ajusta suas práticas de depreciação de forma contínua para garantir que seus relatórios financeiros representem de maneira precisa tanto o valor quanto a condição de seus ativos, mostrados na Figura 06, assim evitando que o envelhecimento acelerado das tecnologias impacte negativamente suas demonstrações contábeis, divulgadas em Investor Relations - Apple.

Figura 06 - Demonstração financeira consolidada de 2019 a 2023 - Apple

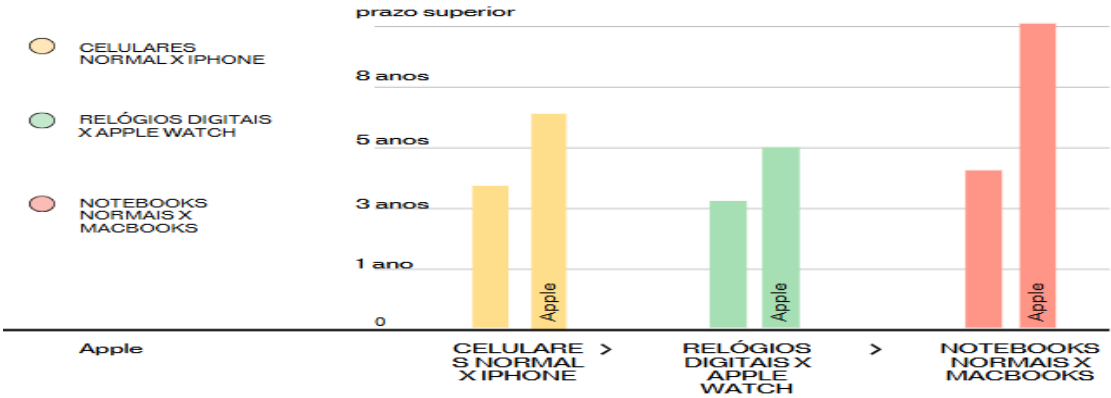


Fonte: Elaborado pelos Autores (2024)

A Figura 07, abaixo, ilustra a dinâmica de comparação da vida útil esperada de um ativo real em aparelhos normais com a vida útil, ajustada conforme a obsolescência tecnológica da Apple, em seus aparelhos.

Figura 07 - Mapa de vida útil - Apple

MAPA DE VIDA ÚTIL COMPARATIVO DOS MÉTODOS DE DURABILIDADE



Fonte: Elaborado pelos Autores (2024)

Enquanto a vida útil esperada de um ativo se degrada de maneira mais linear e previsível, onde a obsolescência tende a ser mais pronunciada, e as atualizações de software são limitadas, a vida útil dos aparelhos da Apple, com obsolescência tecnológica, mostra uma queda acentuada ao longo dos anos, evidenciando o impacto da evolução tecnológica acelerada no setor, defendida no artigo de Rodrigues et al. (2021). Evidencia-se que embora o suporte de software contínuo, o desempenho otimizado e a qualidade de construção sejam aspectos positivos, a obsolescência tecnológica, especialmente em função da rápida evolução da tecnologia e das limitações das baterias (particularmente em dispositivos como iPhones e Apple Watches), pode comprometer a funcionalidade a longo prazo, mesmo que os dispositivos ainda continuem operando. As pressões isomórficas no julgamento contábil, observadas por Silva et al. em (2023) levam as empresas a alinhar suas práticas de reconhecimento de locações sob o IFRS 16 às normas do setor e às expectativas regulatórias, garantindo conformidade e transparência.

Esses ajustes são essenciais para evitar superavaliação nos balanços e para que a Apple possa tomar decisões estratégicas sobre a substituição de equipamentos e o planejamento de novos investimentos, defendida no artigo de Rodrigues et al. (2021). Com isso, a empresa garante que suas demonstrações financeiras estejam em conformidade com a realidade operacional, evitando distorções que poderiam comprometer a análise de seu desempenho financeiro por investidores e stakeholders.

5.4 Setor de Bebidas - Adaptação ao IFRS 16: arrendamentos e o IAS 16

A adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) teve um impacto significativo no relato financeiro, como já previa a pesquisa de Cruz et al. (2021), tendo um maior foco nos ativos imobilizados da Ambev, uma das maiores empresas do setor de bebidas do mundo. A pesquisa analisou como a empresa adaptou suas práticas contábeis para atender às exigências dessas normas, em especial o IFRS 16 (arrendamentos) e o IAS 16 (ativo imobilizado), e os desafios enfrentados ao longo desse processo.

Os resultados indicam que a Ambev, ao seguir os preceitos do IFRS 16, foi obrigada a reconhecer contratos de arrendamento no balanço patrimonial, o que gerou um aumento substancial em seus ativos e passivos. Isso foi particularmente observado em operações de locação de equipamentos, instalações e terrenos estratégicos, cuja contabilização trouxe maior transparência para os usuários das demonstrações financeiras, mas também afetou indicadores de endividamento e retorno sobre ativos (ROA), como Dias, Sousa e Scherer (2021) defendem. Esse novo tratamento de arrendamentos demandou uma reestruturação interna dos sistemas de gestão de contratos e controle patrimonial, evidenciando o desafio operacional envolvido na adoção das normas.

Conforme Figura 08, é possível notar que ao adotar o IFRS 16, a Ambev optou pela opção de adoção retrospectiva completa, ajustando as projeções financeiras de 2018 para refletir os efeitos da norma.

Figura 08 - Os impactos da IAS 29/CPC 42 na receita líquida e no EBITDA ajustado

Impacto da Norma de Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária (IAS 29/CPC 42)				
Receita Líquida				
R\$ milhões	4T18	4T19	12M18	12M19
Indexação ⁽¹⁾	574,2	437,7	1.000,1	850,5
Conversão de Moeda ⁽²⁾	110,6	(270,3)	(1.557,9)	(952,2)
Impacto Total	684,9	167,4	(557,8)	(101,7)
EBITDA Ajustado				
R\$ milhões	4T18	4T19	12M18	12M19
Indexação ⁽¹⁾	266,7	185,7	416,7	357,1
Conversão de Moeda ⁽²⁾	(47,2)	(125,8)	(772,3)	(426,5)
Impacto Total	219,5	60,0	(355,6)	(69,3)
Taxa de conversão média BRLARS			7,2963	11,9757
Taxa de conversão de fechamento BRLARS	9,7574	14,8583	9,7574	14,8583

(1) Indexação calculada pela taxa de câmbio de fechamento de cada período.

(2) Impacto da conversão de moeda calculado como a diferença entre converter os valores em pesos argentinos (ARS) para reais (BRL) usando a taxa de fechamento do período e usando a taxa média do período.

Fonte: Ambev Release (2019)

Esse ajuste, embora tenha implicações na forma de apresentar os ativos e passivos, alinha a prática contábil com a exigência de maior transparência financeira, semelhante ao tratamento dos ativos imobilizados previstos pela IAS 16 / CPC 42. Sendo assim, enquanto a IAS 16 / CPC 42 se concentra nos ativos tangíveis da Ambev adquiridos diretamente, o IFRS 16 se adaptou a um novo paradigma de reconhecimento contábil de ativos relacionados a locações, reforçando a comparação entre locações e ativos imobilizados no balanço patrimonial. As mudanças nas projeções financeiras, refletidas nas reapresentações dos saldos de 2018, são essenciais para compreender o impacto da adoção do IFRS 16 sobre a estrutura financeira da empresa. O gerenciamento de resultados, ao ser impactado pela adoção do CPC 28 nas empresas da B3, conforme Belli, Oliveira, Oliveira em (2024) se alinha à maior transparência exigida, semelhante ao tratamento dos ativos imobilizados pela IAS 16 / CPC 42, enquanto o IFRS 16 adapta o reconhecimento contábil de ativos de locações, refletindo mudanças significativas nas projeções financeiras, como evidenciado nas reapresentações de 2018.

Como a empresa passou a reavaliar seus ativos imobilizados, no âmbito da IAS 16, podendo ser visto na apresentação anual em Ambev Release, percebe-se a garantia que os valores nos relatórios financeiros refletem o valor justo. Essa prática melhorou a precisão na apresentação do estado dos ativos e consequentemente influenciou diretamente o valor de mercado da empresa. No entanto, a análise também identificou desafios, como os custos de avaliações técnicas periódicas e a necessidade de consultoria e auditoria constantes, já destacadas no estudo de Reis et al. em (2022). Desta forma, a Figura 09 frisa o lucro líquido ao EBITDA da Ambev, ainda sob a visão da adoção da retrospectiva completa, na busca da melhor forma ao comparar IAS 29/CPC 42.

Figura 09 - Reconciliação - Lucro Líquido ao EBITDA

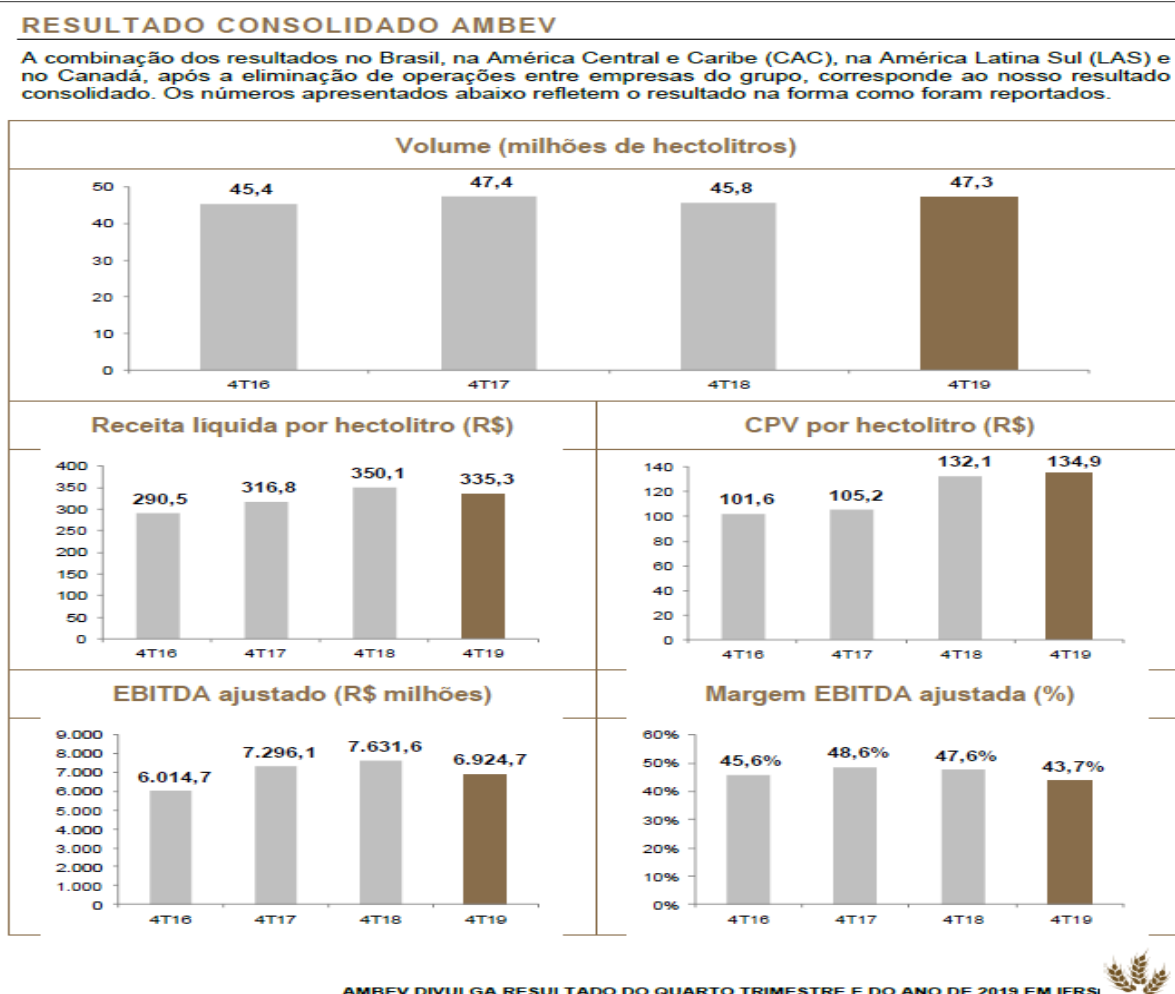
Reconciliação - Lucro líquido ao EBITDA <i>R\$ milhões</i>	4T18	4T19	12M18	12M19
Lucro líquido - Ambev	3.360,6	4.099,7	10.995,0	11.780,0
Participação dos não controladores	103,1	119,3	352,7	408,4
Despesa com imposto de renda e contribuição social	1.127,8	(463,9)	1.773,9	754,7
Lucro antes de impostos	4.591,5	3.755,0	13.121,6	12.943,0
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	(1,1)	11,2	(1,0)	22,3
Resultado financeiro líquido	1.668,4	1.564,3	4.030,3	3.109,6
Itens não recorrentes	103,3	330,4	86,4	397,2
EBIT ajustado	6.362,1	5.660,9	17.237,3	16.472,1
Depreciação & amortização - total	1.269,6	1.263,8	4.448,4	4.675,0
EBITDA ajustado	7.631,6	6.924,7	21.685,7	21.147,1

Fonte: Ambev Release (2019)

Além disso, a Ambev utiliza EBITDA ajustado e EBIT como métricas para avaliar seu desempenho. Essas métricas excluem itens como despesas com impostos e depreciação, oferecendo uma visão mais clara do desempenho operacional, vistas na imagem 8. Contudo, é importante notar que essas medidas não são reconhecidas pelas normas contábeis como alternativas ao lucro líquido ou fluxo de caixa, e podem não ser comparáveis a métricas ajustadas de outras empresas, o que vai em desacordo com o artigo de Reis et al. em (2022). Assim, enquanto essas métricas e reavaliações ajudam a empresa a refletir melhor sua situação financeira, apresentam desafios operacionais e limitações na comparabilidade com outras organizações como o estudo de Messias et al. em (2022)

A Ambev divulga também em sua página oficial seu resultado consolidado que permite melhor visão das informações na estrutura gráfica, que está representado como Figura 10 nesta pesquisa.

Figura 10 - Resultado Consolidado Ambev



Fonte: Ambev Release (2019)

A aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade trouxe benefícios claros em termos de transparência e comparabilidade para os relatórios financeiros da Ambev, vistos na imagem 9 ao mesmo tempo que impôs desafios operacionais e financeiros, especialmente no que tange à gestão do ativo imobilizado como o estudo de Messias et al. em (2022) e à adoção de novas práticas contábeis. Segundo informações divulgadas pela empresa, anualmente em suas apresentações do relato financeiro, a mesma precisou investir em capacitação interna e tecnologia para adaptar-se plenamente às exigências, equilibrando os custos da conformidade com os benefícios esperados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Normas Internacionais de Contabilidade, especialmente a IAS 16, desempenham um papel crucial na uniformização das práticas contábeis relacionadas ao ativo imobilizado nas Sociedades Anônimas e trouxe avanços importantes para o relato financeiro do AI, promovendo maior transparência e comparabilidade.

Embora a adoção das IFRS tenha ocasionado melhoras para os relatórios financeiros, os desafios associados à mensuração, à prática de reavaliação, além das variações regionais que persistem na aplicação das normas, à volatilidade nos lucros e aos custos de conformidade continuam a representar obstáculos significativos para as S.A. Como foi destacado durante o decorrer da pesquisa considerando algumas empresas como demonstrativo.

O sucesso na implementação das IFRS depende da capacidade das empresas de equilibrar esses desafios com os benefícios potenciais de um relato financeiro mais preciso e transparente. Portanto, a continuidade do processo de convergência contábil e o desenvolvimento de novas orientações específicas para contextos locais são essenciais para superar esses desafios, assim como a necessidade de continuidade das pesquisas e análises cada vez mais profundas em relação ao assunto, permitindo que cada vez mais profissionais e pessoas como um todo conheçam e percebam a importância dessa nova etapa de atualização nos relatos financeiros das empresas.

7 REFERÊNCIAS

- BALL, R. **International Financial Reporting Standards (IFRS): pros and cons for investors.** *Revista Accounting and Business Research*, 36(sup1), p. 5-27.2006.
- BARTH, ET AL. **International accounting standards and accounting quality:** *Journal of Accounting Research*. Ed 46(3), p.467-498. 2008
- BELARMINO,E;COUTINHO, J. **Nota introdutória sobre metodologias utilizadas na educação especial para o ensino fundamental nas escolas no orbe público e privado brasileiro:**<https://doi.org/10.29327/211653.6.3-2>. Artigo de pesquisa Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 20–31, 2020. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/80>. Acesso em: 07.set.2024.
- BELLI, J. T., OLIVEIRA, A. B. S., & DE OLIVEIRA, E. C. **Gerenciamento de resultados e o impacto da adoção ao CPC 28 das empresas listadas na B3.** *Caderno Pedagógico*, 21(10), e8617-e8617.2024
- BELLI, J. T; OLIVEIRA, A. B. S.; OLIVEIRA, E. C. DE. **Gerenciamento de resultados e o impacto da adoção ao CPC 28 das empresas listadas na B3.** *Caderno Pedagógico*, [S. l.], v. 21, n. 10, p. 8616 e 8617, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n10-036. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/8617>. Acesso em: 20 out. 2024.
- BING LENG. **Digital financial reporting:** Facilitating digital comparability and analysis of financial reports.Publica-IFRS: Boletim de Pesquisa e Inovação. p .1-7. 2024. Disponível em : <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/standards/taxonomy/digital-financial-reporting/digitalreportingarticle-april2024.pdf> . Acesso em: 07 set.2024
- BOMFIM, U. B. **Efeitos da Adoção das Normas Internacionais sobre Indicadores de Liquidez e Rentabilidade:** Um Estudo nas Empresas Listadas na B3. *RAGC*, 9(41).2021.
- BOTELHO, F. L. DA S., & DA SILVA, E. B. **Impacto da contabilização do arrendamento mercantil após a adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) nas demonstrações contábeis das empresas aéreas brasileiras.** *REVISTA ENIAC PESQUISA*, 11(1), 100–120. 2022. <https://doi.org/10.22567/rep.v11i1.876>
- BRASIL. **CPC nº 37:** Demonstrações financeiras. 2 de dezembro de 2010.
- BRASIL. **CPC nº 42:** Contabilidade em economia hiperinflacionária. 21 de dezembro de 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.638**, de 15 de dezembro de 2007.

BRASIL. **Lei nº 6.404**, de 15 de dezembro de 1976.

BRASIL. **Lei nº 6.404**, de 15 de dezembro de 1976.

BREDA, Z. **Princípios de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade**. Editora CRCRS.P.1-2315. 2010.Disponível em: <https://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_principios.pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.

COSTA, L., LUSTOSA, P. R. B., & NIYAMA, J. K. (2023). **A redução do valor contabilizado do goodwill: uma análise à luz do lasb Discussion Paper/2020/1**. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC), 17(1).2023.

COSTA, L.; LUSTOSA.R, P.; NIYAMA, J. K. **A redução do valor contabilizado do goodwill: uma análise à luz do lasb Discussion Paper/2020/1**. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC), [S. l.], v. 17, n. 1, 2023. DOI: 10.17524/repec.v17i1.3121. Disponível em: <https://www.repec.org.br/repec/article/view/3121>. Acesso em: 20 out. 2024.

CRUZ, V. L., DOS SANTOS, R. R., JÚNIOR, L. A. F., DE ALMEIDA GUIMARÃES, L. G., & COSTA, W. P. L. B. (2021). **Produção científica sobre a adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil : Estado da arte das pesquisas de 2008 a 2016**. RAGC, 9(39).

CRUZ, WELLINGTON. **O diferencial competitivo do país com a adesão às normas internacionais de Contabilidade**. Comunicação CFC: agencia apex. Disponivel em: <https://cfc.org.br/noticias/o-diferencial-competitivo-do-pais-com-a-adesao-as-normas-internacionais-de-contabilidade/>. Acesso em: 07 set.2024

DA SILVA BOTELHO, F. L., & DA SILVA, E. B. **Impacto da contabilização do arrendamento mercantil após a adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) nas demonstrações contábeis das empresas aéreas brasileiras**. Revista ENIAC Pesquisa, 11(1), p.100-120.2022.

DA SILVA, ET AL. **Pressões isomórficas no processo de julgamento contábil. Enfoque: Reflexão Contábil**, 42(1), p.133-153. 2023.

DE LIMA BEGNINI, D., DE LIMA, J. B., GOMES, P. L., & DA ROSA FILHO, C. **Relação entre valor de mercado e compliance anticorrupção**. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, 16(2), 133-149.2022.

DELOITTE. **IFRS Implementation Services: Implications of an accelerating global trend**.Documento de auditoria Deloitte Global. P.1-2.2012. Disponivel em: <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/sg/Documents/audit/sea-audit-gios-ifrs-implementation-services-noexp.pdf>

DIAS FILLHO, JOSÉ MARIA ET AL. **Teoria avançada da contabilidade**. Teoria avançada da contabilidade. São Paulo: Atlas, p. 15-70, 2004. Disponível em www.furb.br/universocontabil. Acesso em 31 ago.2024.

EIGENSTUHLER, D. P., DAL MAGRO, C. B., & MAZZION, S. **Habilidade Gerencial e a Conformidade Contábil-fiscal: estudo cross-country**. Revista Catarinense da Ciência Contábil, 22, 1-18.2023.

EIGENSTUHLER, ET AL. **Habilidade gerencial e a conformidade contábil-fiscal: Estudo Cross-Country**. Revista Catarinense da Ciência Contábil, vol. 22. p.1-18.2023, Disponível em: Redalyc, <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=477573824006>. Acesso em: 07 set.2024

ERNST & YOUNG. **International GAAP 2013: Generally Accepted Accounting Practice under International Financial Reporting Standards**. Vol.01.p.1-4304.Editora :John Wiley & Sons.2013.

FERREIRA, ET AL. **Contabilidade societária x contabilidade regulatória: Value relevance das informações contábeis do setor elétrico brasileiro**. Contabilidade Vista & Revista.ed. 32. p. 205-229. 10.22561/cvr.v32i2.6297. 2021.

FERREIRA, ET. AL. **Contabilidade societária x contabilidade regulatória: Value relevance das informações contábeis do setor elétrico brasileiro**. Contabilidade Vista & Revista, 32(2).p. 205-229.2021.

FIGLIOLI, BRUNO, SIRLEI LEMES E FABIANO GUASTI LIMA. 2017. **IFRS, sincronicidade e crise financeira: a dinâmica da informação contábil para o mercado de capitais brasileiro**. Revista Contabilidade & Finanças 28 (75): 326–43. 2017. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1808-057x201704450>. Acesso em: 07 set.2024.

FIGLIOLI, B; LEMES, S; LIMA, FG. **Sincronicidade e crise financeira: a dinâmica da informação contábil para o mercado de capitais brasileiro**. Revista Contabilidade & Finanças , v. 28, n. 75, p. 326–343, 2017.

GRAY, S. J. **Towards a theory of cultural influence on the development of accounting systems internationally**. Revista *Abacus*, 24(1),p. 1-15.1988.

GRUPO DE ESTUDO SOBRE CONVERGÊNCIA DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS. **Sumário da Comparação das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS**. CFC;IBRACON. p.1-72. 2006. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/1_sumario.pdf.Acesso em: 07 set. 2024.

HABERKAMP, A. M. **Julgamento e tomada de decisão dos contadores no processo de controle do ativo imobilizado**. Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337 Blumenau, v. 16, n. 1, p. 54-74, jan./mar., 2020 .doi:10.4270/ruc.2020103

HABERKAMP, ET AL. **Julgamento e tomada de decisão dos contadores no processo de controle do ativo imobilizado** :Revista Universo Contábil, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 54–74, 2021. DOI: 10.4270/ruc.2020103. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/8636>. Acesso em: 20 out. 2024.

IASB. **Board decisions on international financial reporting standards: IASB update**. Boletim de Pesquisa e Inovação. p.1-6.2005. Disponível em: <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/news/updates/iasb/2005/jun05.pdf>. Acesso em: 07 set.2024

JUNIOR, ET AL. **Normas internacionais de contabilidade: Percepção dos dicentes quanto a adoção das empresas brasileiras**. Revista conhecimento contábil. DOI: 10.31864/rcc.v9i2ISSN: 2447 -2921. v. 13, n. 2–jan./jun., p.93–114, 2023.

KPMG. **Ifrs hoje: Rumo as ifrs**. Boletim de Pesquisa e Inovação. Ed.1º março/abril. p.1-20. 2005. Disponível em: https://www.kpmg.com.br/publicacoes/audit/IFRS/IFRS_Hoje_1_mar_08.pdf. Acesso em: 07 set.2024

KVAAL, ERLAND; NOBES, CHRISTOPHER. **Diferenças internacionais na escolha da política IFRS: uma nota de pesquisa** : Accounting and Business Research , Taylor & Francis Journals, vol. 40(2), p 173-187.2010.

LUDICIBIOS, ET AL. **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo. Ed. Atlas, 2004.

MACHADO, L. D. S., NALINI, L. E. G., & MACHADO, M. R. R. **COMPORTAMENTO dos preparadores de demonstrações contábeis depois das IFRS: um estudo analítico-comportamental com variáveis de consumo de ativos**. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, 25(3). p.97-117.2021.

MANDELLI, M. B., MONTEIRO, J. J., & DE OLIVEIRA RITTA, C. **Impactos do CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil em uma Indústria de Revestimentos Cerâmicos**. RC&C. Revista de Contabilidade e Controladoria, 12(3).2020.

MARTINS, ELISEU. **Normativismo e/ou positivismo em contabilidade: qual o futuro?** Revista de Contabilidade e Finanças USP, São Paulo, n. 39, p. 3. 2005.

MESSIAS, ET.AL. **Análise do impacto da adoção do IFRS 16 (CPC 06 (R2)) nas empresas de capital aberto do segmento novo mercado**. Revista Pensar Contábil, v24.p.85.2023.

MOLTHER, LORENA. **Sustentabilidade: um assunto da Contabilidade.Reportagem na revista** Editada pelo conselho federal de contabilidade. Ed ANO LIII N° 269 – SETEMBRO/OUTUBRO 2024. RBC n.º 269. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2024/09/RBC269_set_out_ESP_web.pdf,. Acesso em: 07 set.2024

MONTENEGRO, JOÃO VICTOR. **O Problema da Tributação dos Créditos Presumidos de ICMS pelo IRPJ e pela CSLL**. Revista Direito Tributário Atual, [S. l.], n. 56, p. 368–385, 2024. DOI: 10.46801/2595-6280.56.16.2024.2268. Disponível em: <https://www.revista.ibdt.org.br/index.php/RDTA/article/view/2268>. Acesso em: 20 out. 2024.

MOURA, ET AL. **Efeito da revisão da norma de arrendamentos no conservadorismo contábil das companhias abertas de bens industriais**. Revista Gestão Organizacional, 15(2), p.277-292.2022.

MULLER, ET AL. **Mandatory fair value accounting and information asymmetry: Evidence from the European real estate industry**. Trabalho de conclusão de curso. *Management Science*, 57(6), p.1138-1153.2011.

NADER, D. **IFRS: entender a importância das normas internacionais de contabilidade**. Disponível em: <<https://www.contabeis.com.br/noticias/61315/ifrs-o-que-ee-qual-a-importancia-na-contabilidade/>>. Acesso em: 21 de outubro de 2024.

NASCIMENTO, D., DO NASCIMENTO, D. M., GRECCO, M. C. P., & DA SILVA, F. L. **Efeito da covid-19 nos testes de impairment de ativos nas empresas abertas brasileiras não financeiras**. Revista Fipecafi de Contabilidade, Controladoria e Finanças (RFCC), 2(3), 162-177.2021.

NOBES, C; PARKER, R. **Comparative International Accounting**: Revista: Harlow Editora Pearson Education. Ed.13.2016

PAZ, K. T; NUNES, R. V.; SALES, G. A. W. **Alteração CPC 29 - Ativos biológicos e produtos agrícolas, indústria sucroenergetica do estado de São Paulo**. Redeca, Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & amp; Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos, São Paulo, Brasil, v. 8, n. 1, p. 79–97, 2021. DOI: 10.23925/2446-9513.2021v8i1p79-97. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/redeca/article/view/54569>. Acesso em: 20 out. 2024.

PINTO, A. F., LEMES, S., & DE ALMEIDA, N. S. **Adoção do valor justo para ativos não financeiros: evidências da Alemanha, Brasil e Reino Unido**. Revista Contemporânea de Contabilidade, 17(43),p. 104-119.2020.

PIROLO DIAS, D., DA SILVA SOUSA, R. C., & MARCIO SCHERER, L. **Evitando Turbulências: Impactos da Nova Norma de Leasing na Evidenciação da American Airlines**. Revista FSA, 18(2).2021.

REIS, ET AL. **Tratamento do ativo imobilizado diante das normas contábeis internacionais - IFRS**: Treatment of fixed assets according to international accounting standards - IFRS. Revista: Ibero- Americana de humanidades, ciencias e educação - Rease. São Paulo, v.8.n.06. ISSN - 2675 – 3375.2022.

REIS, ET AL. **Tratamento do ativo imobilizado diante das normas contábeis internacionais – IFRS**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 8, n. 6, p. 623–638, 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i6.5831.

Resultados financeiros e relatórios anuais: AIRBUS. Paris: a Bolsa de Valores; Frankfurt: a Bolsa de Valores; Madrid, Bilbao, Barcelona e Valência: as bolsas de valores espanholas.2020-2024. Versão Online. Disponível em: <https://www.airbus.com/en/investors/share-price-and-information> . Acesso em 31 Ago.2024.

Resultados financeiros e relatórios anuais: AMBEV. Divulgação de resultados 2019-2024. Versão Online. Disponível em: <https://ri.ambev.com.br/relatorios-publicacoes/divulgacao-de-resultados/>. Acesso em 07 set.2024.

Resultados financeiros e relatórios anuais: APPLE. Washington, D.C. Condensed consolidated statements os operations (unaudited). 2020-2024. Versão Online. Disponível em: https://www.apple.com/newsroom/pdfs/fy2024q4/FY24_Q4_Consolidated_Financial_Statements.pdf. Acesso em 31 Ago.2024.

Resultados financeiros e relatórios anuais: KERING. France: Relatório financeiro anual.2020-2024. Versão Online. Disponível em: <https://www.kering.com/en/finance/regulated-information/>. Acesso em 31 Ago.2024.

RIBEIRO, H. **20 anos do escândalo corporativo Enron**: uma análise de sua produção científica á luz da análise de redes sociais. Revista Contexto. v. 22, n. 52, p. 45-59, set./dez. 2022.

RODRIGUES, RUBENS CARLOS ET AL. **Evidenciação do Arrendamento Mercantil em empresas do Setor Elétrico listadas na B3**. RC&C. Revista de Contabilidade e Controladoria, v. 13, n. 3, 2021.

SILVA, ET AL. **Análise dos pareceres de auditoria contábil sob enfoque das demonstrações contábeis a partir da adoção das IFRS no Brasil**. Revista de Gestão e Secretariado, 14(5), p.8523-8539.2023.

SILVA, ET AL. **Análise dos pareceres de auditoria contábil sob enfoque das demonstrações contábeis a partir da adoção das IFRS no Brasil.** Revista de Gestão e Secretariado, [S. l.], v. 14, n. 5, p. 8523–8539, 2023. DOI: 10.7769/gesec.v14i5.2225. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2225>. Acesso em: 07 set.2024.

SILVA, ET AL. **Tratamento contábil do ativo imobilizado sob a ótica institucional: do início do processo de convergência até a instrução normativa SRF nº 1700/2017.** Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 74–97, 2021. DOI: 10.12979/rcmccuerj.v25i2.59429. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rcmccuerj/article/view/59429>. Acesso em: 20 out. 20 24.

SILVA, ET AL. **Pressões isomórficas no processo de julgamento contábil.** Revista Enfoque: Reflexão Contábil.Ed 42(1). p.133-153. Acesso em: 20 out. 20 24. ISSN: 1517-9087. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307174472009>. Acesso em: 07 set.2024

SILVA, T. A. D., & QUADROS, P. T. G. D. **Tratamento contábil do ativo imobilizado sob a ótica institucional: do início do processo de convergência até a instrução normativa SRF nº 1700/2017.** Revista de contabilidade do mestrado em ciencias contábeis da UERJ, 25(2), p.74-97.2021.

SIMÕES, D; BERNET, T. **O IASB emite alterações pontuais nas normas IFRS.** Boletim de Pesquisa e Inovação. 2020. Disponível em: <https://kpmg.com/br/pt/home/insights/2020/07/o-iasb-emite-alteracoes-pontuais-em-normas-ifrs.html>. Acesso em: 07 set.2024

SOUZA, P. V. S. D., & ROCHA, F. L. D. C. **Efeitos da norma sobre instrumentos financeiros (IFRS 9) na qualidade dos lucros de empresas abertas brasileiras.** Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, 28(1) .p.3-20.2023.